

O PARTIDO POLÍTICO NO IMPÉRIO

PROFESSOR PAULO BONAVIDES

(Assistente da Cátedra de Introdução à Ciência do Direito).

SUMÁRIO: O Partido Político no Império — Sua Feição Agrária. Hegemonia das Elites. José Bonifácio e a Intuição dos nossos Rumos Sociais na Questão do Braço Servil. O Pensamento de Ruy Barbosa. Elites versus Caudilhismo. O Campesinato e o Proletariado Urbano Ausentes da Vida Política. O Caráter de Patronagem que acompanha os nossos Partidos Políticos desde a sua Origem. A Consemelhança entre Liberais e Conservadores do Império no Desprêzo Comum Votado aos Princípios e às Idéias. A Luta pelo Poder e a Corrupção da Vida Partidária. Não há Razão para o Incorrigível Sebastianismo da Atualidade.

Os partidos políticos do Império foram corrilhos de elite. Dêles estêve o povo sempre afastado. Na primeira República, o presidencialismo, peculiar à organização política dos países latino-americanos, e que engendra caudilhos e ditadores, mas raramente estadistas, como veremos adiante, pouco influiu no sentido de apurar a essência partidária e fazer das agremiações políticas, no regime representativo democrático, a manifestação ativa da consciência popular.

Assim, no parlamentarismo do Império, como no presidencialismo da República, não teve nem poderia ter o partido

político em nossa Pátria raízes fundas e sólidas nesse elemento novo da vida pública nacional que denominamos povo.

Retraído e ausente, o povo comparecia apenas ocasionalmente ao setor político para exprimir os seus anseios, e se porventura o fazia, como o fêz nos comícios da Abolição, da Campanha Civilista e da Reação Republicana, não era por via das entidades partidárias enquadradas na vida política, senão através de arregimentação dirigida por elites, que desfraldavam menos a bandeira de um partido que o estandarte de idéias sôltas, cuja semente, deitada por suas mãos ao solo da consciência pátria, aliam vingar, à margem das organizações partidárias existentes, envelhecidas quase tôdas para pulsar ao calor das novas idéias ou ter a intuição precursora da reforma e do progresso. A intervenção do povo, mesmo rara, se fazia, pois, inteiramente fora dos partidos.

No velho partido liberal do Império, Ruy Barbosa bracejava em vão contra a senilidade dêsse grêmio político. Justamente por sua índole, deveria ser êle a corporificação mais avançada das aspirações sociais, e era, no entanto, quando lhe vinha às mãos o poder, apenas o melancólico irmão gêmeo do partido conservador, satisfeito de fruir as graças do Paço. Tornava-se o partido liberal naturalmente deslembado dos compromissos radicais, assumidos de véspera, nas ocasiões de ostracismo.

Há mais de 60 anos, nos últimos dias da Monarquia e nos primeiros tempos da República, já Ruy Barbosa manifestava o seu desencanto pela vida partidária e compreendia, como ninguém, o divórcio em que os partidos se colocavam perante a realidade e a opinião pública, distanciando-se, no govêrno, de todos os problemas essenciais da Nação.

O mal de tudo isso há-de ter sido, em parte, a carência de base ideológica, visto que os princípios, ainda os da escola liberal e conservadora, não causavam lá sincera impressão no ânimo dos seus propugnadores mais ardentes, que, via de regra, se mostravam dispostos a sotopô-los ao interêsse facioso ou pessoal, tôda vez que entrava êste em jôgo.

Quem conhece e interpreta a nossa evolução social não pode nem deve condenar, depois dos desacertos cometidos ao organi-

zar-se política e socialmente a Pátria independente, o que aqui se passou.

A idéia conservadora e a idéia liberal, que nos vieram do velho mundo, chegaram ao Brasil ideològicamente retardadas.

O debate social que agitou o século XIX, sucedendo ao debate individualista do século XVIII, não alcançava as regiões êrmas do novo mundo. No Brasil daquele século, com intensidade incomparavelmente menor, pensava-se ainda como na França de antes da Revolução, quando o generoso individualismo dos direitos do homem existia apenas como protesto, caído da pena subversiva de seus filósofos e publicistas.

O patriarcalismo caudilhista de nossa organização política, quando muito se contentava em enxertar no texto das cartas constitucionais algumas idéias e princípios que, em solo europeu, haviam medrado com antecedência raramente inferior a cinquenta anos!

Os grandes teóricos políticos e exegetas do constitucionalismo pátrio, como Barbalho e Ruy Barbosa, tinham tôda a sua filosofia política embebida nos clássicos do liberalismo.

Em suma, tanto no Império como na primeira República, foi o partido político em nosso País organização rudimentar e superficial, adstrita a certas camadas cultural e econômicamente privilegiadas.

No regime imperial a aristocracia agrária dominou o campo político. De modo que o govêrno simbolizava primeiro que tudo o poder e as aspirações da classe preponderante.

As províncias mais opulentas, onde imperavam a mineração, a pecuária, a monocultura da cana de açúcar e subseqüentemente do café, constituíam precisamente aquelas aonde o Imperador ia buscar de preferênciã os seus estadistas, os seus conselheiros, os homens de prestígio da coroa.

Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, província esta sobretudo estratégica, por sua posição geográfica nos limites meridionais do País, e que foi a que mais embaraços trouxe ao Império pela tradição dos seus sentimentos autonomistas, dominavam ativamente o cenário político e exerciam suprema influênciã nos negócios da política imperial.

Pertencia o partido político às elites, mas em particular às elites daquelas unidades do Império, que se dividiam na Assembléia e no Senado em duas composições faciosas, sob a designação de conservadores e liberais.

Tanto o partido conservador como o partido liberal, quando govêrno, representavam notòriamente interêsses de natureza agrária. O Partido Conservador incomparavelmente mais que o Partido Liberal. E isto porque os principais capitães e portavozes da lavoura não se alistavam em suas hostes, mas de preferência na militância conservadora.

Podemos dizer que o último e grande Partido Liberal do Império, embora fôsse no poder instrumento da política do campo, nunca a conduzia em completa harmonia com os interêsses e privilégios da aristocracia rural. É que as raízes liberais estavam sobretudo na cidade, na opinião pensante das classes comerciais e intelectuais. Era, no tempo, a vanguarda política mais esclarecida e progressista, de cujo seio haveria de se levantar a dissidência republicana.

Afonso Arinos de Melo Franco assim distingue e caracteriza os dois grupos partidários que dirigiram a política decadente do Império, quando já a envolviam as sombras do ocaso:

“Já vimos que o partido Conservador representava preferencialmente os interêsses da propriedade territorial e da economia agrária, enquanto o Liberal exprimia as necessidades cidadinas do capitalismo comercial e, também, das chamadas profissões liberais” (A. Arinos de Melo Franco, em “História e Teoria do Partido Político”, Rio de Janeiro, 1948, pág. 42).

País de economia primária, subdesenvolvido, saíra o Brasil da noite colonial para a independência política, com as suas instituições atraíçoadas na origem, nos primeiros atos que lhes deram forma estável e autônoma.

O Patriarca José Bonifácio, gênio incompreendido de nossa formação política, teve, há mais de cem anos, na infância da Pátria, a assombrosa intuição dos caminhos certos. Viu êle no dorso da questão servil comprometido todo o futuro da nova nacionalidade. E por isso, na Primeira Constituinte, já patrocinava a supressão do tráfico negreiro e a emancipação dos escravos.

Mas teve o preclaro brasileiro a sorte que tiveram muitos precursores insignes. Desprezaram-lhe as idéias. Levantaram-se contra êle os sólidos interêsses do latifundio. Derrotaram-no.

Vê-se, hoje, porém, que os projetos de sua reforma ousada e liberal, avançada e patriótica, teriam tido profundos e salutarres efeitos na constituição social de nosso povo, extinguindo, no nascedouro, aquela fonte de inquietação, desajustamento e contaminação, que foi sempre o regime do braço servil, com a irresponsável importação de negros da África, para satisfazer ao interêsse econômico imediato de uma aristocracia rural mais ou menos ociosa, despreocupada do porvir, nutrida no preconceito do trabalho e que governava a coisa pública ao sabor de sua vontade, servindo-lhe, para tanto, de instrumento, essa instituição européia e anti-americana que foi o Império.

O século XX padece o êrro social daqueles que nos herdaram, por omissão administrativa e por egoísmo, a triste herança de u'a nação com índices grosseiros de analfabetismo, com a etnia do português culturalmente decadente, amalgamado ao índio e ao prêto, duas expressões de barbaria econômica e social, a comporem progressivamente o substrato da nacionalidade brasileira, da qual não cuidaram em tempo os administradores responsáveis.

Haveria de chegar, como chegou, em nossos dias, a ocasião em que êsse povo de origem humilde e desprezada teria que entrar em cena com o pêso crescente de sua influência política e o protesto de sua condição econômica miserável, para emoldurar os quadros de insatisfação e desespero, onde se apascentam os populismos e as demagogias da hora vertente.

A tardia, demasiadamente tardia solução do problema negro, trouxe graves conseqüências, algumas quase irreparáveis, para o povo brasileiro, complicando de modo inaudito, por via social, as possibilidades de sua independência econômica.

É ilustrativo, e merece ponderado, o que a êsse respeito nos diz Ruy Barbosa, em judiciosa observação que muito se aproxima de nosso ponto de vista:

"O cativoiro abolido continua a viver entre nós pela sua infinita descendência moral de vícios, de achaques, de crimes, e

será por muito tempo ainda a chave de tôdas as nossas misérias. A escravidão, que as repúblicas espanholas tiveram em relação a nós, a vantagem de sacudir com a dependência colonial, selou a nossa índole nacional com estigmas profundas; e era a sabedoria que falava pela bôca de Eurípides, ensinando-nos, desde a Grécia longínqua, que, "quando nos alicerces de uma raça não há solidez, desditosa tem de ser necessàriamente a sua prole". (Ruy Barbosa, "O Partido Republicano Conservador, Discursos Parlamentares", edição das obras completas do Ministério da Educação e Saúde, pág. 65).

* * *

O partido político do Império não conhecia o povo como fonte essencial de inspiração ao seu programa legislativo. Governava em nome de grupos influentes, de plantadores de cana de açúcar, de cafeicultores e criadores de gado, que tinham os filhos educados em São Paulo e Recife, nas Faculdades tradicionais, onde se bacharelava a mocidade dirigente, os órgãos vocacionais daquela política de senhores do campo, os idealistas da reação conservadora ou do reformismo liberal, políticos, em suma, que se agremiavam, unguídos do mais puro formalismo jurídico.

Não havia, pois, nos partidos do Império e, subsequente-mente, nos primeiros da República, quadros técnicos que considerassem a realidade nacional sob o aspecto econômico, segundo a preponderância que êste veio a ter posteriormente.

Mas não lhes minguavam quadros jurídicos para traçar os melhores esboços de constituição possível, nem caudilhos de espada em punho para destroçar o edifício constitucional nas arremetidas do golpe de Estado. Êstes eram a reação natural da índole atrasada e canhestra daqueles grupos que militavam nas elites, e que não compunham verdadeiramente essa porção seleta da sociedade. Os bacharéis formavam o tecido idealista, a vanguarda de primeira linha em desarmonia com o elemento de fôrça, socialmente muito menos ilustrado, mas que os sustenta-

va nas posições oficiais e parlamentares, e a serviço de quem governavam ou se constituíam em partido político.

E abaixo dessa camada de elite, de super-estrutura, a massa aviltada do campesinato, sem pão e sem escola, a par do incipiente e trágico proletariado urbano, que o destino reservara para influir na política tão somente depois da terceira década do século XX.

* * *

Um conservador e um liberal, no Império, eram parecidíssimos. O emblema partidário os distinguia menos nos princípios e idéias que abraçavam do que nos atos do poder, referentes à ordem de interesses pessoais e de corrilho que patrocinavam.

As idéias e os princípios ficavam para as orações empoladas no Parlamento, quando se achavam fora das graças do Imperador, na passagem transitória do ostracismo.

Isto, pelo menos, é incontestável numa dada época da política imperial do segundo Reinado.

Afonso Arinos de Melo Franco assinala essa verdade ao escrever: "Estas alas diversas de uma mesma classe social não tinham problemas em choque, ou, pelo menos, com o esmagamento da Praia, ficou patente que não era viável o processo violento para imposição dos interesses da ala progressista da burguesia.

Chegava um daqueles momentos de estabilidade em que o liberal se confundia com o conservador.

O dito chocarreiro de Holanda Cavalcante, segundo o qual não havia nada mais parecido com um "saquarema" (conservador) do que um "luzia" (liberal) no poder, não era falso e também não era original. Tinha antecedentes ilustres nos Estados Unidos. Ali, o Grande Jefferson, em uma das suas proclamações públicas, afirmara que "todo o país era republicano, mas que todo o país era igualmente democrático"...

Essa consemelhança, como se vê, é comum a quase todos os partidos do liberalismo burguês no ocidente. Por isso mesmo constituem êles organizações de *patronagem*, de que nos fala com rara lucidez Hans Nawiasky, o mais insigne dos modernos publicistas suíços, empregando a feliz expressão do sociólogo alemão

Max Weber, em sua imortal obra "Wirtschaft und Gessellschaft".

Foi assim em Portugal. É assim também nos Estados Unidos. Em Portugal, na literatura das "Farpas", de Ramalho e Eça, há quadros inesquecíveis do ridículo de que se cobre a sociedade política dos Barradas e Saldanhas. Nos Estados Unidos, nada distingue essencialmente um conservador de um republicano.

Tanto o sistema bipartidário (liberais e conservadores), que predominou no Império, como tôda a estrutura político-partidária da República, revestiam o caráter de *patronagem*, isto é, o objetivo principal dos grupos políticos não ia além de "alcançar o poder de natureza pessoal para os líderes e vantagens materiais, acrescidas de polpudos emprêgos públicos para os seus apaniguados" (H. Nawiasky, em "Allgemeine Staatslehre, Zweiter Teil", 1955, pág. 100).

Perdura, em nossos dias, essa tradição de patronagem. Encontrâmo-la no Brasil e nos Estados Unidos. Neste último, republicanos e democratas se revezam no poder e, como já dissemos, nada os separa profundamente em matéria ideológica, relativa à essência da ordem social e estatal, que ambos professam. Representam, por conseguinte, segundo o exímio Nawiasky "dois grandes conglomerados de grupos de interêsses, ligados entre si" (H. Nawiasky, o. cit., pág. 104).

Insurgiu-se Ruy Barbosa, em sua pregação política, assim no Império como na República, contra a facilidade e a indiferença com que, guindados ao poder, acobertavam os partidos políticos situações personalíssimas e subalternas, do mesmo passo que votavam a completo desprezo princípios de natureza doutrinária, revelando-se, ademais, desdenhosos da coisa pública e do bem comum.

A síntese mais admirável acêrca do caráter das agremiações políticas do Império nos foi assim ministrada por Ruy em sua colaboração jornalística a favor da idéia federativa. Essa colaboração, no célebre "Diário de Notícias", foi sem dúvida a alavanca intelectual da revolução contra o trono, e se acha contida em alguns volumes de "A Queda do Império".

Quando nos dá a ver a fraqueza do partido liberal, em cujas fileiras militou tradicionalmente, Ruy aponta a infidelidade da-

quela facção às largas aspirações esposadas no ostracismo.

Senão, vejamos:

“Não é a multiplicidade das questões enterradeiras, nem as divergências provenientes dessa variedade, o que nos infecundou. É que nunca abraçamos essas aspirações senão platonicamente; é que as repudiamos aos primeiros passos, beijando as mãos da coroa, e agradecendo-lhe o poder como dádiva de sua munificência, e não conquista das nossas idéias; é que, armando, sobre todas as coisas, à estabilidade no poder mediante a complacência imperial, procuramos no alto a fôrça, que estava, em tórno de nós, oferecendo-se em vão à nossa incapacidade.

O partido liberal, portanto, precisa de mover a incredulidade pública, justificada por um passado largo de decepções, mostrando que é capaz de *reformular*, e não que apenas sabe resistir, nem que é hábil em conservar. Conservar, e resistir é o que êle tem feito, instrumento fácil e submisso à disposição do cetro” (Ruy Barbosa, em “E se a monarquia não quizer”, no “Diário de Notícias”, de 2 de maio de 1889, apud “A Queda do Império”, Vol. XVI, Tomo II, pág. 222 das “Obras Completas”, edição do Ministério da Educação e Saúde).

A evolução política, no Império, causava-lhe, àquele ano, mágoa e decepção, uma nota, portanto, de doloroso desengano. Há, realmente, indisfarçada amargura nas palavras que se seguem:

“Qual o nosso progresso político desde 1840 ?

Se o desenvolvimento de uma nacionalidade se mede pela difusão das virtudes cívicas, pela expansão da consciência popular, pela moralização das instituições constitucionais, não há progresso: há decadência, nos homens, nas práticas, nos resultados, na perspectiva moral. Os cinqüenta anos, que datam da maioridade, consistem numa longa história de resistência às reclamações reformistas da opinião: resistência da coroa, estribada nas leis e nos abusos dela, na ingenuidade e corrupção dos homens, na volubilidade, avidez e inconsciência dos partidos” (Ruy Barbosa, em “A Queda do Império”, V. XVI, pág. 223).

E mais adiante, no artigo intitulado “A Moléstia do Imperador”, aponta Ruy êsse duro flagelo que ainda hoje, nos prin-

principais partidos do liberalismo burguês, faz pesados danos ao crédito das instituições democráticas, notadamente no espírito público, pela ausência de princípios, pela traição aos programas, levando assim a uma consemelhança realmente deplorável as diferentes agremiações.

Esse mal de cem anos, retratava-o Ruy numa frase lapidar:

"Fatos dêsses tendem a selar a incredulidade geral nos programas de reabilitação das instituições pela reforma, insinuando nos mais otimistas a suposição de que os dois partidos normais no Brasil se reduzem a um só: o do poder, contra os que o ocupam, ou contra os que o escalam" (Ruy Barbosa, em "A Queda do Império", o. cit. pág. 399).

Não poupando sequer ao insigne Joaquim Nabuco, por supostas tibiezas e hesitações, Ruy, em "O Idílio dos Loios", entregou à posteridade êsse quadro sombrio e verídico da decadência da vida pública brasileira:

"Agora, no seu último discurso, s. ex^a. imprime à severidade crescente do seu juízo aspecto ainda mais grave, nesta reflexão, cujo alcance não mediu: "Mas isto é muito sério: afeta a moralidade de ambos os partidos; não é um processo dêste ministério; mas o de todos os transactos: é o processo da monarquia que deixou levar o país a êste estado de coisas".

Mas a ser verdadeira a premissa, a ser essa lepra comum a todos os ministérios e a todos os partidos, devendo-se-lhe a origem à monarquia, a consequência não seria metermos a indignação na bainha, mas desfechá-la em golpes justos, profundos e certos, como s. excia. os poderia dar, contra o regímen que, na sua opinião, criou, e tem entretido no país a gafeira da corrupção administrativa, reduzindo-nos a uma nação lázara" (Ruy Barbosa, em "A Queda do Império" o. cit. pág. 511).

Pugnando ainda em prol do lema da Federação, escreveu o grande baiano, num de seus últimos panfletos contra a coroa:

"Se as duas escolas políticas perduram, no Brasil, a sua discriminação, graças às trapaças constitucionais da dinastia, não seremos nós quem oponha como embaraço à maior das reformas nacionais uma linha divisória, que não existe senão a benefício dos empenhados em atrasar as conquistas populares" (Ruy

Barbosa, em "A Queda do Império", Vol. XVII, Tomo VII, pág. 234).

Em plena agonia do Império, Ruy, levantando dúvidas acerca da saúde mental do Imperador, expõe no libelo "Dissolução: Revolução" a mesma ordem de idéias no tocante aos partidos políticos:

"Em última análise, o que todos queriam, era o poder, para o qual a escada é a benevolência do paço. Conservadores e liberais cederam todos na essência, a êste sentimento pusilânime e desvirilizador' (Ruy Barbosa, em "A Queda do Império", Vol. XVI, Tomo III, pág. 166).

Mais adiante, na "Lição Útil", estas reflexões:

"Os partidos políticos, entre nós, preferem viver a vida de confusões e incongruências, que os fraciona e pulveriza, a receber a organização pelas idéias, que discrimina, cimenta, e populariza, nos países constitucionais, as grandes parcialidades, entre as quais se contende pelo poder (Ruy Barbosa, em "A Queda do Império", Vol. XVII, Tomo III, pág. 221).

* * *

Compreendeu Ruy muito bem a tragédia do partido político brasileiro na época imperial, época que o incorrigível sebastianismo de nossa política rememora enternecidamente, lembrando, com desusada superficialidade, sem visão mais acurada do problema, a estirpe dos grandes estadistas do Império, como se realmente meia dúzia de nomes excepcionais, de consagradas personalidades, pudesse atestar a excelência das instituições na monarquia constitucional da casa de Bragança.

Como velhice e saudosismo andam, porém, de mãos dadas, não será demais refrescar a memória dos adeptos apressados dessa deformação histórica, que aponta o Império como tempo das altas virtudes cívicas imperantes na vida nacional. Não é de desprezar-se, pois, o testemunho que nos traz o ardoroso Silveira Martins, um liberal do Paço, quando, em momentos de lucidez vividos no ostracismo, via com insuspeição o quadro daquela idade já corrupta:

"Cotejai, senhores, a Roma Bizantina com êste pedaço da

Europa prêso à América; e vereis que, em meio século, temos corrido a escala integral, e descido até as últimas épocas da apodrecida Bizâncio". (Silveira Martins, apud Ruy Barbosa, em "A Queda do Império", Vol. XVI, Tomo VII, pág. 76).

O Poder Moderador, essa excrescência francesa da teoria constitucional de Benjamin Constant, transplantada às instituições nacionais e encarnada aqui na figura do Imperador, foi a fonte de tôda a inquietação, debilidade, transtôrno e corrupção da vida partidária brasileira, ao tempo do Império.

Já o insigne Tobias Barreto, na cátedra do Recife, verberava a estranha figura constitucional do Poder Moderador, como um poder acima dos demais poderes, com estas palavras sempre memoráveis:

"O Poder Moderador, que é declarado no artigo 98 — "a chave de tôda a nossa organização política" — e que vela sôbre os demais poderes, não pode deixar de ser um poder de ordem superior aos outros. Ora, se o Poder Moderador é superior aos outros poderes, êsses outros não são independentes, visto como aquêle tem autoridade para resolver em última análise tôdas as pendências dos outros? Se êsses poderes não são independentes, a Constituição mentiu no artigo 9º. Que independência pode existir entre poderes de categorias diferentes, subordinados uns aos outros. Serão independentes do Poder Moderador os outros poderes, que estão obrigados a recorrer a êle, quando houver dúvidas sôbre suas respectivas atribuições?" (Tobias Barreto, em "Estudos de Direito", II, pág. 73).

O absolutismo ultramontano vestia-se efetivamente nesse disfarce constitucional da teoria parlamentar européia para usar e abusar do direito de intervenção na esfera partidária, atirando um contra o outro os dois grupos de conservadores e liberais.

Fêz sistemáticamente o jôgo da desmoralização dos programas, das idéias, dos princípios, das grandes teses políticas a que se abraçavam, em teoria, aquelas entidades partidárias, nas provações do ostracismo. E enfraqueceu-as desesperadoramente, até que, atiradas ao despenhadeiro da mais senil decadência, não restaram daquelas bandeiras rôtas senão os farrapos que a cavala-

ria de Deodoro recolheu, no Campo de Santana, ao ensejo do golpe de Estado republicano de 15 de novembro de 1889.

Profetas como Ruy Barbosa não faltaram para antever o triste fim reservado àqueles partidos resignatários da honra e da dignidade. De abdicação em abdicação, acabaram onde sempre acabam as agremiações fundadas unicamente no interesse pessoal, nas vantagens do poder, na acomodação e traficância dos cargos públicos.

A assombrosa crítica de Ruy Barbosa ao partidismo que se faz dessa natureza de traição aos sentimentos da coletividade e que foi justamente a categoria que aqui pontificou na dilatada quadra imperial, nos retrata as facções do Império, sem ilusões:

“Mas os partidos que se formam por amizades, por conveniências inconscientes, por influxo de nomes, dependências e combinações individuais não têm razão política de existir, são sindicatos de especulação organizada que destroem a moral pública, e corrompem as instituições. É sobre eles que o cesarismo constrói o seu domínio, convertendo as vicissitudes do regímen parlamentar em máscaras da mais manhosa ditadura.

Se o partido conservador não fôsse essa congérie inorgânica de agregados incongruentes, de moléculas divergentes e opostas, entre as quais a coroa pôde encontrar material para todos os seus planos, desde o escravismo cego do ministério 20 de agosto até o abolicionismo servil do ministério 10 de março, a situação não se teria exaurido em menos de quatro anos, e o Imperador, na solução da última crise, teria sido obrigado a procurar, na maioria dos noventa, o elemento genuinamente representativo do seu caráter constitucional entre os homens leais à fé de sua bandeira” (Ruy Barbosa, em “A Queda do Império”, Vol. XVI, Tomo III, pág. 224).

A eiva que maculava tanto a escola conservadora como a liberal era a cobiça, aliada ao medo de perder as graças da benevolência imperial, que ambas disputavam com ardor e desfaçatez, até se converterem os dois blocos em “mordomias áulicas”, como referira Ruy Barbosa.

Partido das aspirações avançadas, antes que o lema republicano lavrasse na alma do povo brasileiro grandes áreas de sim-

patia, chegou o Partido Liberal ao espantoso declínio de seu prestígio, depois de percorrer inenarrável escala de abdicação de princípios e negação de postulados.

A pena de Ruy Barbosa, achando-o já estraçalhado nas grandes causas que o teriam engrandecido, no-lo retrata com estas palavras luminosas:

“Se o partido liberal não houvesse resistido à abolição na sua mais moderada fórmula, não teria recebido na face essa desautoração ultrajante, mas merecida, que entregou aos conservadores a honra de referendarem essa reforma. Entre instrumento e instrumento, um que renega as suas idéias por medo, outro que transgride os seus princípios por cobiça, o diabo que escolha; e se, na outorga da preferência, a coroa tem incorrido em erros, são antes erros de interesse imperial do que de alcance nacional; porque *a nação não crê em nenhum dos dois partidos*”. (Ruy Barbosa, em “A Queda do Império”, Vol. XVI, Tomo III, pág. 231).

Os condutores da vida partidária no Império eram homens afeiçoados à mesma pequenez que corrompe a face política da atualidade republicana. O culto dos interesses materiais, por contingência da época, era incomparavelmente menor. Mas eles queriam também a “satisfação momentânea dos seus apetites”. Ruy os descreve novamente com o vigor de sua pena:

“Mas os nossos homens de Estado e os nossos partidos, em geral, não olham senão à satisfação momentânea dos seus apetites. Os resultados mais previstos colhem-nos sempre desprevenidos; o que aliás nunca os desconcerta, porque a fortuna de ter ocupado uma vez o primeiro lugar no govêrno, ainda para cair entre os maiores desastres, é a condição de voltar indefinidamente a êle, tantas vêzes, quantas fôr necessário para ocupar êsse posto, sem expressão nem compromissos” (Ruy Barbosa, em “A Queda do Imperador”, Vol. XVI, Tomo III, pág. 313).

O artigo “Partidos e Idéias” retrata os últimos clamores contra a enfermidade que levou ao túmulo a estrutura partidária do regime monárquico.

Tomemos ao insigne Mestre alguns passos daquela crítica impressionante, a cuja irresistível veracidade não há sebastianis-

mo que se sustente, ainda com o desvirtuamento da história e dos fatos:

“O partido liberal exulta, porque está no poder; o partido conservador revolta-se, porque o privaram do governo. Eis a síntese da situação atual e a de tôdas as nossas situações políticas, mudado apenas o nome à grei que tropeja contra a ditadura imperial e à que não vê na política do país senão maravilhas côr de rosa” (Ruy Barbosa, em “A Queda do Império”, Vo. XVI, Tomo III, pág. 434).

Ou, na mesma ordem de idéias:

“Um aceno do chefe do Estado, pois, decide soberanamente da feição, da atitude e da linguagem com que há-de batalhar amanhã, nas urnas, a parcialidade chamada a servir de guarda-sol à política da coroa. Que valem as mais graves infrações da legalidade constitucional, ao pé dessa degeneração moral dos partidos, dessa ductilidade absoluta, com que êles se acomodam à canga e à peça, contanto que se lhes dê a erva fresca do poder?” (Ruy Barbosa, em “A Queda do Império”, Vol. XVI, Tomo III, pág. 344).

Chega Ruy Barbosa, em suma, a essa conclusão:

“Adito ao partido liberal, não no que êle é, mas no que deve ser, no que tem entre o povo meios abundantes para ser, não lhe poderíamos falar outra linguagem, sem lhe sermos desleal. Se êle fôsse uma incarnação incorruptível de convicções democráticas; se o dominasse a devoção a uma escola, e não a rivalidade estéril entre os chefes, que os converte em títeres no jôgo da coroa; se os mimos desta não exercessem sôbre o espírito dos seus guias uma fascinação deplorável; se o valor dos homens no seu grêmio, se discernisse, não pelos dotes de flexibilidade pessoal às conveniências do poder, mas pela intuição dos princípios, pela firmeza nas idéias, pela lisura nos atos, — o partido liberal encontraria por certo, nos republicanos, auxiliares desinteresseiros, prestimosos e seguros na obra de destruição da realeza absoluta, que tem por base, entre nós, não tanto o mecanismo da carta, como a prostituição voluntária dos caracteres”.

* * *

Assim foi o Império. Assim foram os partidos do Império.

O sebastianismo da hora presente nada encontra ali com que possa mirar-se no espelho de virtudes, inexistentes. Pelo contrário, muita lama e algum sangue escorreram debaixo da ponte imperial, onde passaram também interesses inconfessáveis, ambições escusas, baixas intrigas de partido. A lenda da monarquia côr de rosa não existe senão em algumas visões deformadas, que discernem, com infidelidade, apenas o lado positivo da organização imperial, ocultando adrede a banda podre, que ao menos afervorado pesquisador das coisas do passado não custa lá grande esforço por descobrir.

Em suma, não houve no Império a pretendida e alegada pureza de costumes políticos. Não se cultivou, em absoluto, o parlamentarismo na sua verdade conceitual (bastaria a presença do Poder Moderador para desvirtuá-lo).

Não se ergueram partidos que fôsem a essência legítima da vontade nacional. Não pode o Império ser tomado por conseguinte como aferidor seguro para avaliarmos o quadro moral das instituições republicanas e democráticas.

E se ousássemos fazê-lo, sem parcialidade e sebastianismo, adstritos apenas à verdade sociológica das condições em que se erigiu aquela estrutura política, poderíamos quando muito admitir ali uma racionalização circunstancial da vida administrativa, por obra do unitarismo centralizador vigente na constituição imperial, mas imensamente mais distanciado da realização do ideal democrático, entendido como a progressão extensiva e civilizadora do governo representativo, com o sufrágio, na sua condição de veracidade, franqueado às extensas camadas do povo que lê, trabalha e paga impôsto.

Regime de privilégio e personalismo, aquela caricatura patriarcal do parlamentarismo, em que o voto e a vida dos partidos, debaixo do cabresto do Imperador, constituíam suave engôdo, disfarçado no brilho oratório e superficial dos chamados "estadistas do Império", não há-de vingar como tradição respeitável a que se haja de apelar, apoiado nas muletas do sebastianismo, nem como exemplo de virtudes cívicas de nossos maiores ou modelo de regeneração da vida pública brasileira, ao fazer-se a exegese e crítica de nossas instituições partidárias.